

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Desembargadora Federal Marisa Santos – Presidente do TRF da 3ª Região..... 17

EDITORIAL

Equipe editorial do Gabinete da Revista..... 21

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

O estatuto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil: estudo a partir do caso da exigência de diploma de jornalismo para o exercício da profissão

Carla Abrantkoski Rister 29

Os avanços na busca da efetividade do processo e da eficiência da atuação judicial: a experiência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Fabiano Lopes Carraro

Louise Vilela Leite Filgueiras

Fábio Akahoshi Collado 59

Qual República? O princípio republicano na Constituição Federal de 1988

Daniel Chiaretti 79

Accountability nas democracias e seu contorno na Constituição Federal de 1988

Eurico Zecchin Maiolino 99

Interceptações telefônicas e os direitos fundamentais: possibilidades e limites

Fausto Martin De Sanctis 113

O papel do Poder Judiciário na concretização do direito fundamental à saúde a partir da Constituição Federal de 1988

Giselle de Amaro e França 131

Liberdade de expressão artística nos 35 anos da Constituição: a contribuição do Judiciário

Inês Virgínia Prado Soares 155

Brown vs. Board of Education of Topeka e sua influência no processo estrutural brasileiro: utilização restrita e estratégica

José Carlos Francisco

Gianfranco Faggin Mastro Andréa 179

<i>A (in)constitucionalidade do reconhecimento do menor sob guarda como dependente para fins previdenciários</i>	
José Renato Rodrigues	199
<i>O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e a sua atuação como cláusula geral de tutela da personalidade</i>	
Leonardo Estevam de Assis Zanini	
Odete Novais Carneiro Queiroz	211
<i>Reflexões sobre a separação dos poderes e a função normativa do Tribunal Superior Eleitoral</i>	
Marcelo Vieira de Campos	
Marcelo Winch Schmidt	235
<i>O mandado de segurança e a necessidade de revisão das Súmulas 269 e 271 do Supremo Tribunal Federal</i>	
Nelton Agnaldo Moraes dos Santos	251
<i>Igualdade e justiça tributária no Brasil: contradição entre o texto constitucional e o que mostra a realidade</i>	
Nino Oliveira Toldo	
Marcelo Guerra Martins.....	267
<i>Notas sobre o conceito de crime político na Constituição Federal de 1988 e os crimes contra o Estado Democrático de Direito</i>	
Paulo Bueno de Azevedo	287
<i>A Constituição como limitadora dos poderes públicos</i>	
Renato Lopes Becho	309
<i>Regras de transição para aposentadoria - EC nº 103/2019</i>	
Sérgio Nascimento	335
<i>Reavaliação do Estado Brasileiro e de seu princípio federativo</i>	
Valdeci Dos Santos	345

JURISPRUDÊNCIA

ÓRGÃO ESPECIAL

Arguição de Inconstitucionalidade. Constitucional. Processual Civil. Ação Civil Pública. Plano de assistência social (Lei nº 4.870/1965). Lei nº 12.865/2013 (arts. 38 e 42). Direito adquirido. Vedação do retrocesso social. Igualdade. Ofensa reflexa. Não conhecimento.

ArgIncCiv [0000663-18.2005.4.03.6122](#)

Desembargador Federal Nino Toldo

Arguição de Inconstitucionalidade. Processual Civil. §§ 15 e 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996. Ausência superveniente de interesse. Decisão do STF acerca da matéria. Tema 736. Multa diante da negativa de homologação de compensação tributária. Prejudicado o incidente.

ArgIncCiv [0017774-71.2011.4.03.6100](#)

Desembargador Federal David Dantas 354

PRIMEIRA SEÇÃO

Ação Rescisória. Violação literal de dispositivo de lei. Artigos 67 e 100 da Lei nº 8.112/90. Direito ao anuênio e licença-prêmio. Inconstitucionalidade dos incisos I e III do artigo 7º da Lei nº 8.162/1991. Cômputo do tempo de serviço prestado sob regime anterior à conversão. Direito adquirido. Súmula 678 do STF.

AR [0015822-97.2006.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos 355

Processual Civil. Conflito de competência. Mandado de Segurança. Opção pela propositura no foro de domicílio da parte impetrante. Viabilidade. Repercussão Geral. Tema 374. Incidência do disposto no art. 109, § 2º, da Constituição Federal às autarquias federais.

CC Civ [5004857-47.2021.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Giselle França 356

Primeira Turma

Administrativo. Constitucional. Servidor público. União homoafetiva. Aplicação do previsto no art. 217, I, alínea "c" da Lei nº 8.112/1990 por analogia à união estável. Entidade familiar. Reconhecimento da sociedade de fato. Princípios constitucionais. Precedentes STF.

ApReeNec [0027226-52.2004.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Wilson Zauhy 357

Constitucional. Administrativo. Civil. Processual Civil. Responsabilidade da FUNAI por atos ilícitos perpetrados por indígenas. Não recepção do regime tutelar previsto pelo Estatuto do Índio pela CF/88. Prolação de sentença *citra petita*. Ausência de análise dos pressupostos da responsabilidade civil quanto à comunidade indígena corré no processo. Sentença anulada sob pena de indevida supressão de instância. Retorno dos autos à vara de origem para a devida apreciação do tema.

ApCiv [5000078-27.2017.4.03.6002](#)

Desembargador Federal Hélio Nogueira 359

Segunda Turma

Processo Civil. Mandado de Segurança. Apelação Civil. Entidade filantrópica. Imunidade. Tema 32. Repercussão geral. Constitucionalidade do art. 55 da Lei nº 8.212/1991. ADIN nº 2.028-5. Limitação material para auferir imunidade fiscal. Lei complementar. Necessidade.

ApCiv [0029565-57.1999.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 361

Apelação. Preliminar de falta de interesse de agir. Ação de reintegração de posse. Reforma agrária. Projeto de assentamento. Ocupação irregular. Mera detenção. Imóvel rural. Função social. Art. 186, I a IV, da Carta Magna.

ApCiv [0000873-61.2012.4.03.6110](#)

Desembargador Federal Carlos Francisco 362

SEGUNDA SEÇÃO

Administrativo. Constitucional. Inscrição em conselho profissional. Existência de condenação criminal. Resolução nº 327/1992 do COFECI. Ofensa frontal e direta ao livre exercício profissional (art. 5º, XIII, da Constituição Federal) e ao art. 2º da Lei nº 6.530/1978. Ilegalidade e inconstitucionalidade da restrição imposta única e exclusivamente com fundamento em Resolução do COFECI.

Ag AR [5005182-85.2022.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Johansom Di Salvo 364

Constitucional. Processual Civil. Agravo Interno. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Afastamento do artigo 62 da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal). Extensão da faixa de APP do reservatório da UHE Ilha Solteira. Matéria de índole constitucional submetida à análise pelo STF nas ADIS nºs 4.937, 4.901, 4.902, 4.903 e na ADC nº 42. Constitucionalidade dos artigos 61-A e 62 da Lei nº 12.651/2012. Inadmissibilidade do incidente. Art. 976, § 4º, do CPC. Necessidade de processo em tramitação ("processo piloto"). Ausência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976, II, CPC). Possibilidade do exame monocrático da admissibilidade.

Ag IRDR [5018308-08.2022.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Marli Ferreira 365

Terceira Turma

Ação Civil Pública. Competência da Justiça Federal. Instrumento processual adequado. Legitimidade passiva. IBAMA. Competência supletiva. Queima controlada da palha de cana-de-açúcar. Licença ambiental concedida pelo órgão estadual. Repartição constitucional e legal de competência. Limites da atuação cooperativa entre órgãos federais, estaduais, distritais e municipais. Estudo prévio de impacto ambiental condicionado à reserva de lei (art. 225, § 1º, IV, da CF).

ApelRemNec [0002023-07.2014.4.03.6143](#)

Desembargador Federal Nelton Dos Santos 368

Administrativo. Constitucional. Ação Civil Pública. Direitos fundamentais de acesso à justiça e assistência gratuita aos necessitados. Determinação judicial compulsória. Instituição de unidade da DPU na Subseção Judiciária de Araraquara/SP. Violação à garantia da inamovibilidade do defensor e ao princípio da separação dos poderes. Artigos 34 ao 38 e 43, II, da LC nº 80/1994 e artigo 2º da CF/88. Impossibilidade de ingerência do Judiciário na implementação de políticas públicas. Ausência de situação constitucional intolerável. Mérito administrativo. Conveniência e oportunidade.

ApCiv [0010085-08.2014.4.03.6120](#)

Desembargador Federal Nery Júnior 370

Processo civil. Administrativo. Constitucional. Direito à saúde. Realização de procedimento cirúrgico. Dignidade da pessoa humana como vetor interpretativo do ordenamento jurídico brasileiro. Cumprimento de ordem judicial. Resolução de mérito. Responsabilidade civil do Estado. Erro médico não verificado. Lastró probatório insuficiente. Ato ilícito e nexó de causalidade não comprovados.
 ApCiv [5002551-88.2019.4.03.6107](#)
 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 372

Ensino superior. Igreja adventista. Atividades acadêmicas aos sábados. Liberdade religiosa. Direito do aluno a alternativa compatível.
 RemNecCiv [5016647-32.2019.4.03.6100](#)
 Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 374

Processual Civil. Constitucional. Administrativo. Tutela provisória da saúde. Tratamento medicamentoso. Pedido de fornecimento. "Trikafta". Incapacidade financeira. Registro na ANVISA. Elementos de análise do caso concreto. Necessidade e urgência não corroboradas por critérios técnicos no caso concreto. Solidariedade dos entes federados. Tema 793 (RE 855.178-ED).
 AI [5030398-48.2022.4.03.0000](#)
 Desembargador Federal Carlos Muta..... 375

Processo Civil. Mandado de Segurança. Constitucional. Direito à educação (arts. 6º e 205 da CF/88). Processo seletivo. Vagas reservadas. Políticas públicas compensatórias. Não atendimento dos critérios do edital. Erro escusável no preenchimento da inscrição. Não verificado. Inclusão em lista de ampla concorrência. Impossibilidade. Observância dos princípios da legalidade e da eficácia vinculante do edital. Mudança judicial do critério de seleção. Aplicação analógica da Lei nº 12.990/2014. Impossibilidade. Observância do princípio da separação dos poderes.
 AI [5004239-34.2023.4.03.0000](#)
 Desembargador Federal Carlos Delgado 379

Quarta Turma

Constitucional. Tributário. COFINS-importação. Majoração da alíquota em um ponto percentual. Legalidade. Vedaçãó do aproveitamento integral dos créditos obtidos com o pagamento do tributo. Constitucionalidade declarada pelo STF. Lei nº 12.715/2012. Legalidade Reconhecida.
 ApelRemNec [0006471-74.2013.4.03.6105](#)
 Desembargador Federal André Nabarrete 384

Administrativo. Ensino superior. Autonomia universitária. Desligamento de estudante. Hipótese prevista em Estatuto e Regimento Interno da instituição de ensino. Art. 207 da CF. Competência para se autodeterminar e autorregulamentar.
 ApCiv [5002894-75.2019.4.03.6110](#)
 Desembargadora Federal Mônica Nobre..... 385

Tributário. Constitucional. Mandado de Segurança. Contribuição ao INCRA, SENAI, SESI, SEBRAE e salário-educação. EC nº 33/2001. Base de cálculo. Folha de salários. Legalidade e constitucionalidade. Tema 325. Tema 495.
 ApCiv [5008685-06.2020.4.03.6105](#)
 Desembargador Federal Marcelo Saraiva 386

Sexta Turma

Constitucional. Administrativo. Pregão para a contratação de empresa intermediária de transporte de correspondência, documentos e pequenos volumes. Violação ao monopólio postal da ECT. ADPF nº 46. Art. 21, X, CF/88.

ApCiv [0026117-95.2007.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Souza Ribeiro 387

Constitucional. Processual Civil. Agravo Retido. Reiteração. Inocorrência. Não conhecimento. Ordem dos Músicos do Brasil. Profissão de músico. Arts. 5º, IX e XIII, da Constituição. Art. 53 da Lei nº 3.857/1960. Músicos estrangeiros. Taxa pelo registro de contratos. Não recepção pela atual ordem constitucional. Livre manifestação artística. Prescindibilidade de controle profissional. Violação da regra da cláusula de reserva de plenário. Inocorrência.

ApCiv [0014757-56.2013.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 389

Constitucional. Administrativo. Processual Civil. Ação Civil Pública. Implementação do portal da transparência. Lei nº 12.527/2011. LC nº 131/2009. Controle social da gestão pública. Concretização do princípio republicano. Dever administrativo. Gestão da documentação governamental. Art. 216, § 2º, CF/88. Atendimento parcial pelo município. Suspensão de transferências voluntárias e multa diária. Medidas desproporcionais. Necessidade de reavaliação contemporânea dos fatos.

ApCiv [0002252-26.2016.4.03.6133](#)

Desembargadora Federal Diva Malerbi 391

Processual Civil. Administrativo. Constitucional. Responsabilidade civil do Estado. DNIT. Acidente de veículo. Buraco na pista. Conduta omissiva. Art. 37, § 6º, da CF. Aplicabilidade. Responsabilidade objetiva. Direito de regresso. Responsabilidade da autarquia. Ressarcimento devido.

ApCiv [5003549-48.2017.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Mairan Maia 393

Ação Civil Pública. Tutela antecipada. Implantação de, no mínimo, dois leitos em UTI neonatal. Município de Três Lagoas. Inércia do Executivo. Implementação de direitos fundamentais. Poder Judiciário. Políticas públicas. Ativismo judicial. Prazo de 120 dias. Razoabilidade. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Multa diária. Cabimento.

AI [5017573-48.2017.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Johnson Di Salvo 394

Constitucional. Tributário. Importação. "Cards games". Imunidade de impostos e alíquota zero do PIS/COFINS importação quanto a álbuns, livros e *cards* integrantes dos livros de "Magic the Gathering". Reconhecimento. Art. 150, VI, "d", da CF/88.

ApelRemNec [5031548-39.2018.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Toru Yamamoto 396

Ambiental. Ação Civil Pública. Intervenção antrópica em área de preservação permanente. Rio Paraná. Município de Rosana/SP. Bairro Beira-Rio. Inexistência de regularização fundiária. Dano ambiental. Recuperação da área. Necessidade. Responsabilidade objetiva. Art. 225 da CF/88. Obrigação "propter rem". Indenização pecuniária.

ApCiv [5002095-26.2019.4.03.6112](#)

Desembargadora Federal Diva Malerbi 397

Processual Civil. Constitucional. Administrativo. Iminente perigo público. Propriedade particular. Artigo 5º, inciso XXV, da CF/88. Requisição de bens e serviços. Pandemia de coronavírus. Lei nº 13.979/2020.

AI [5007553-90.2020.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Fábio Prieto 399

TERCEIRA SEÇÃO

Previdenciário. Ação Rescisória. Art. 966, V, do CPC. Desaposentação reconhecida judicialmente. Inexistência de manifesta violação à norma jurídica. Improcedência do pedido de rescisão do julgado. RE 661.256. Modulação dos efeitos do acórdão. Preservação do direito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado até a data do julgamento dos embargos em 06.02.2020. Desnecessidade de repetição dos valores recebidos a título de desaposentação.

AR [5007086-14.2020.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Gilberto Jordan 400

Sétima Turma

Processo Civil. Previdenciário. Constitucional. Juízo de retratação. Tema 709. Aposentadoria especial. Termo inicial. Artigo 57, § 8º, da Lei nº 8.213/1991. Constitucionalidade. Pedido administrativo indeferido. Concessão judicial. Continuidade de labor na atividade especial até a concessão judicial. Valores atrasados. Desligamento de atividade especial.

EDcl ApCiv [0007614-80.2018.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Inês Virgínia 402

Previdenciário. Benefício de prestação continuada. Assistência social. Previsão constitucional (art. 203, V, da CF/88). Renda *per capita* de 1/4 do salário mínimo. Rcl 4374 STF. Inconstitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Inconstitucionalidade do artigo 34 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Critério defasado. Possibilidade de aferição da miserabilidade por outros meios. Precedentes.

AI [5001820-41.2023.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Marcelo Vieira 404

Oitava Turma

Previdenciário. Revisão. Aposentadoria por tempo de serviço. Atividade especial. Necessidade de realização de prova pericial. Cerceamento de defesa. Ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e do devido processo legal. Anulação da sentença.

ApCiv [5891662-14.2019.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Therezinha Cazerta..... 405

Assistência social. Benefício assistencial ao portador de deficiência. Art. 203, V, da CF/88. Caráter subsidiário, limitado às situações de total impossibilidade de manutenção própria ou pela família, não sendo possível ser utilizado como complementação de renda. Miserabilidade não comprovada. Não preenchimento dos requisitos legais. Devolução dos valores recebidos de boa-fé. Não cabimento.

ApelRemNec [5049731-93.2021.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Herbert De Bruyn 406

Nona Turma

Processual civil. Previdenciário. Menor sob guarda. Avó falecida. Segurada do RGPS. Pensão por morte. Tema 732/STJ. ADIS 4878 e 5083. Julgamento. EC nº 103/2019. Fundamento na Constituição Federal (ART. 227) e na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Limite etário para concessão do benefício. Art. 2º do ECA (dezoito anos de idade).

EDcl ApCiv [0040444-70.2016.4.03.9999](#)

Juiz Federal Convocado Nilson Lopes 408

Salário-maternidade. Proteção constitucional. Indígena. Segurada especial. Equiparação aos boias-frias/diaristas. Comprovação do trabalho rural no período de carência. Início de prova material válido. Certidão expedida pela FUNAI. Trabalhadora rural. Enquadramento da boia-fria/diarista como segurada empregada. Indígena menor de 16 anos de idade. STF. RE 1.086.351.

ApCiv [5001854-31.2019.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Marisa Santos 410

Previdenciário. Agravo de Instrumento. Tutela antecipada. Pensão por morte. Exigência de prévio requerimento administrativo. Ausência de violação à garantia constitucional da inafastabilidade da jurisdição (CR/88, art. 5º, XXXV). Interesse de agir. RE nº 631.240/MG.

AI [5020491-49.2022.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Ali Mazloum 412

Previdenciário. Aposentadoria por idade rural. Vedação de repetição de ação idêntica. Observância à coisa julgada. Manutenção da segurança jurídica (artigo 5º, XXXVI, da CF). Identidade de partes, pedido e causa de pedir. Extinção do feito sem resolução de mérito.

ApCiv [5002722-67.2023.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Daldice Santana 413

Décima Turma

Previdenciário. Processo Civil. Mandado de Segurança. Renúncia ao benefício. Desaposentação. Tema 503/STF. RE Nº 661.256. *Distinguishing*. Pensão por morte militar. Vedação constitucional à acumulação de proventos e aposentadorias. Benefício mais vantajoso. Possibilidade.

ApelRemNec [5015211-80.2019.4.03.6183](#)

Desembargadora Federal Leila Paiva 414

Previdenciário. Constitucional. Mandado de Segurança. Prorrogação de benefício. Deferimento em sede de recurso administrativo. Recusa do INSS a cumprir a decisão. Impossibilidade. Princípio do devido processo legal, ao qual está sujeita toda a atuação administrativa. Art. 37 da CF/88.

RemNecCiv [5000685-47.2022.4.03.6137](#)

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 416

Previdenciário. Civil. Aposentadoria por tempo de contribuição. Natureza especial das atividades laboradas reconhecida. Agente físico ruído. Possibilidade de conversão do tempo especial em comum mediante aplicação do fator previsto na legislação até a data da EC nº 103/2019. Regra de transição da EC nº 103/2019. ApCiv [5002514-90.2022.4.03.6128](#)
 Desembargador Federal Nelson Porfírio 417

Execução de título judicial. Precatório de natureza alimentar. Cessão de crédito. Possibilidade. Concordância do devedor. Desnecessidade. §§ 13 e 14 do art. 100 da CF/88. EC nº 62/2009. Perda da natureza alimentar do crédito. AI [5013378-44.2022.4.03.0000](#)
 Desembargador Federal Baptista Pereira 420

QUARTA SEÇÃO

Penal. Processual penal. Revisão criminal. Redução a condição análoga à de escravo. Art. 149 do CP. Trabalho em condições degradantes. Violação ao postulado da dignidade humana (art. 1º, III, da CF/88). Patamar mínimo e indisponível de respeito que deve ser conferido a todo ser humano. RevCrim [5021056-47.2021.4.03.0000](#)
 Desembargador Federal Paulo Fontes 421

Quinta Turma

Penal. Processo Penal. Artigo 334-A, § 1º, IV, do CP. Exceção à regra constitucional de inviolabilidade de domicílio. Situação de flagrância (art. 5º, XI, da CF). Provas lícitas. Contrabando de cigarros estrangeiros. Condenação mantida. Desclassificação para descaminho. Incabível. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. ApCrim [0002140-19.2017.4.03.6102](#)
 Desembargador Federal Maurício Kato 423

Penal. Processual Penal. Apelação Criminal. Atividade clandestina de telecomunicação. Art. 183 da Lei nº 9.472/1997. Liberdade de expressão (CR, art. 5º, IX) e de manifestação do pensamento (CR, art. 220). Exercício de direitos culturais. Radiodifusão (CR, art. 21, XII). Exigibilidade de autorização, permissão ou concessão. Compatibilidade. ApCrim [5002580-16.2020.4.03.6104](#)
 Desembargador Federal André Nekatschalow 424

Décima Primeira Turma

Processo Penal. "Habeas Corpus". Crime previsto no artigo 2º, § 4º, II, C.C. § 1º, ambos da Lei nº 12.850/2013. Ilegalidade e inconstitucionalidade das interceptações telefônicas e das buscas e apreensões. Inviolabilidade da intimidade e das comunicações (art. 5º, X e XII, CF/88). Ordem judicial fundamentada (art. 93, IX, CF/88). HC [5025265-64.2018.4.03.0000](#)
 Desembargador Federal Fausto De Sanctis 426

Penal. Processual Penal. Lei nº 7.170/1983. Lei de Segurança Nacional. Inaplicabilidade. Ausência de ilicitude. Conduta atípica. Vídeo divulgado no YouTube. Propaganda do impedimento, com violência ou grave ameaça, do livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário da União. Liberdade de expressão. Estado Democrático de Direito. Compatibilização dos comandos. Limites à liberdade de expressão. Vedação a discursos de ódio ou com objetivo único de inspirar de forma imediata a derrubada violenta das instituições constitucionais.

ReSe [5004096-26.2020.4.03.6119](#)

Desembargador Federal José Lunardelli..... 431

Penal. Processo Penal. "Habeas Corpus". Operação "status". Redesignação de audiências de forma virtual. Excepcional situação da saúde mundial com o aumento do número de casos de Covid-19. Inexistência de afronta à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal. Art. 5º, LIV e LXXVIII, da CF/88.

HCCrim [5000336-25.2022.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 433

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 437

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 445